

Circum-navegando *Os Maias*

por

MANUEL DOS SANTOS ALVES

A experiência dos descobrimentos constituiu para Eça de Queirós e para aquilo a que Eduardo Lourenço chamou o "criticismo patriótico" (1978: 27) de toda a geração de Setenta, o grande tema e o grande referente, manipulado ao serviço da crítica social e encarado, ora como um fiasco ou uma história trágico-marítima em que Portugal se teria para sempre afundado, ora como uma proeza de proporções épicas a funcionar como contraponto à degenerescência da sociedade oitocentista, ora como retórica pejorativa, sem conteúdo nem sinceridade, com que Eça de Queirós zurziu nas gargalhadas da sua "campanha alegre" e nos diagnósticos do seu universo ficcional, a visão oficial da política ultramarina, tal como a encarnavam os Governos Constitucionais e a Câmara de Deputados, bem como um Pinheiro Chagas, um conselheiro Acácio, um conde de Gouvarinho ou um Tomás de Alencar.

Mais concretamente, no que diz respeito a *Os Maias*, a obra dos descobrimentos inscreve-se naquele pano de fundo de que emerge, na sua grandeza trágica, como uma estátua grega, a figura austera de Afonso da Maia. O carácter trágico e excepcional do avô de Carlos está visceralmente ligado à aventura marítima dos Portugueses. Esta sente-se e pressente-se nos interstícios do texto. do princípio ao fim do romance, mesmo quando não haja referências expressas. Mas ela comparece de uma maneira especial em três áreas distintas que passamos a mencionar: motivação onomástica. alusões históricas e imaginação material da água.

1. MOTIVAÇÃO ONOMÁSTICA

Sem receio de incorrer naquilo a que Wimsatt e Beardsley chamaram, com razão mas com enorme retumbância polémica, "the intentional fallacy", e mereceu de François Rigolot (1980:186 sqq.) um lúcido estudo que reduziu a questão às devidas proporções, podemos dizer que, no texto queirosiano, nada acontece por acaso, a relação entre o produtor e a obra é muito estreita, e tudo surge marcado por uma elevada dose de intencionalidade. É o que se verifica com a motivação onomástica. O escritor mostrou-se sempre muito atento à retórica do nome próprio, de que tirou maravilhosos efeitos e cujo estatuto sígnico já era importante, antes de atrair as atenções de um Barthes (1972), de um Genette (1976), de um François Rigolot (1977) ou de um Leo Hoek (1981), entre muitos outros. Barthes, por exemplo, no seu estudo "Proust et les Noms", realçou o valor semiótico do nome próprio com a finura que se lhe reconhece:

Comme signe, le Nom propre s'offre à une exploration, à un déchiffrement: il est à la fois un "milieu" (au sens biologique du terme), dans lequel il faut se plonger, baignant indéfiniment dans: toutes les rêveries qu'il porte, et un objet précieux, comprimé, embaumé, qu'il faut ouvrir comme une fleur (1972:125).

Vamos então "abrir como uma flor" o nome de Afonso da Maia, para dizer desde já que, em Eça de Queirós, não é Afonso da Maia quem quer: é preciso ter-se muita categoria. Só mais duas personagens se lhe podem comparar, graças a um certo parentesco

aristocrático e mesmo simbólico: é o Carlos Fradique Mendes da *Correspondência* e Gonçalo Mendes Ramires, ambos da *Ilustre Casa*, ambos "ilustres" e ambos "Mendes", tal como o velho herói da nossa memória colectiva, Gonçalo Mendes da Maia, para o qual remete, nas entrelinhas do texto, o herói de *Os Maias*. "Carlos Fradique Mendes, diz o narrador, pertencia a uma velha e rica família dos Açores, e descendia por varonia do navegador D. Lopo Mendes, filho segundo da casa de Troba, e donatário de uma das primeiras capitánias criadas nas Ilhas por começos do século XVI" (1900 a:10). "Foi sempre um genuíno Português com curtos e erradicáveis traços de fidalgo ilhéu" e de seus avós. "buscadores de mundos", "herdara o sangue e a curiosidade do além" (1889:538). Gonçalo Mendes Ramires, "certamente o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal" (1900 b: 3), quando estudante em Coimbra, "frequentou o Centro Regenerador da Couraça, onde aconselhava... uma forte expansão colonial" (1900 b:12); pela "antiguidade de raça" e "aquele arranque para África", tornara-se um símbolo de Portugal" (1900 b: 542). Estas três personagens estão muito próximas umas das outras, pelos traços que as caracterizam: os seus nomes aparecem ligados à epopeia dos descobrimentos (e do nosso imaginário...), à aristocracia prestigiada e prestigiosa do nobiliário genealógico português e mesmo aos títulos das obras respectivas – *A Correspondência de Fradique Mendes*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Os Maias*. E, para ficarmos com uma ideia do lugar de destaque a que o romancista os quis guindar, basta compará-los com essa súcia de condes hipócritas e ridículos, como os condes de Val-Moral e de Molinard (*Tragédia da Rua das Flores*), o Conde de Ribamar (*Crime do Padre Amaro*), o Conde de Abranhos (narrativa homónima) e o Conde de Gouvarinho (*Os Maias*).

No que respeita a Afonso da Maia, teremos de distinguir entre o nome e o apelido. Quanto ao apelido, ele é tão rico de conotações históricas que ultrapassa a própria obra dos descobrimentos e nos obrigaria, por isso, a uma longa incursão ou mergulho nas origens da nacionalidade, marcadas pela figura de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, "fronteiri-mor e adiantado do rei D. Afonso Henriques, que morreu pelejando na campanha de Beja" (1971) e de que nos deixou uma imagem indelével a narrativa épica de Herculano, elo de ligação entre o relato histórico de Frei António Brandão e as recriações genealógicas de Eça de Queirós. Ponhamos, pois, de parte o apelido e concentremos a nossa atenção no nome de Afonso. De todas as personagens históricas com este nome, aquela que verdadeiramente nos interessa é Afonso de Albuquerque, pois é a única que aparece como suporte ou motivação do nome de Afonso da Maia. Em dois passos do romance é evocada a figura do grande vice-rei da Índia. A primeira ocorre logo após o retrato dele, e nos seguintes termos:

Afonso era um pouco baixo, maciço, de ombros quadrados e fortes; e com a sua face larga de nariz aquilino, a pele corada, quase vermelha, o cabelo branco, todo cortado à escovinha, e a barba de neve aguda e longa – lembrava, como dizia Carlos, um varão esforçado das idades heróicas, um D. Duarte de Meneses ou um Afonso de Albuquerque. E isto fazia sorrir o velho, recordar ao neto, gracejando, quanto as aparências iludem.

Não, não era Meneses, nem Albuquerque (1888: I, II).

Como é óbvio, a associação de Afonso da Maia com Afonso de Albuquerque, desencadeada pela fantasia mitogénica de Carlos não é feita de forma directa, linear, mas obliquamente, de maneira

enviesada. Trata-se de processos artísticos bem característicos de um "Eça na ambiguidade", como diria Maria Lúcia Lepecki (1974).

Ele não se preocupa tanto em precisar, mas antes em sugerir, criando e enriquecendo de uma certa complexidade um espaço textual que faça apelo ao esforço intelectual e re-criativo do leitor, a quem é exigida uma leitura entre linhas, ou "uma pragmática ao serviço da escuta", como muito bem disse Jean-Bellermin Noël nos seus *Essais de Textanalyses* (1988), obra fascinante que acaba de sair nas Presses Universitaires de Lille. Assim, a motivação do nome de Afonso da Maia é o que poderíamos chamar uma motivação baralhada. Com efeito, o narrador não se limitou ao nome de Afonso de Albuquerque, mas associou-lhe o de D. Duarte de Meneses, ligado pela disjuntiva ou. Em segundo lugar, e de acordo com os processos dialécticos do escritor, fez seguir à mitificação por Carlos a auto-desmitificação pelo avô: "...isto fazia sorrir o velho, recordar ao neto, gracejando, quanto as aparências iludem".

"Não, não era Meneses, nem Albuquerque."

Fica bem ao íntegro Afonso esta atitude de sensata modéstia. Mas nem ela, nem nenhum dos elementos que o escritor inoculou no texto, constituem um disfarce susceptível de despistar o leitor atento e de impedir que se realize no seu espírito a motivação onomástica, desde o momento em que lá aparece o nome de Afonso de Albuquerque. Aliás, a associação de Afonso da Maia a Afonso de Albuquerque jamais se esvanecerá do espírito de Carlos, para quem o avô será sempre "Homem de outras eras. austero e puro, como uma dessas fortes almas que nunca desfaleceram" (1888: I,154). De resto, verificámos coincidências flagrantes entre o retrato físico de Afonso da Maia com o de Afonso Albuquerque, tal como aparece nas artes plásticas, sobretudo numa gravura do século XVIII, no desenho do "Tratado de Todos os Viso-reis" e enfim nos múltiplos bustos e estátuas do heróico vice-rei da Índia (cf. Peres, 1932: IV.39-43). Por outro lado, e não deixará de ser curioso registá-lo. é precisamente no período da gestação do romance que é iniciada, em 1884, a publicação, pela Academia das Ciências de Lisboa, das *Cartas de Afonso de Albuquerque, Seguidas de Documentos Que as Elucidam*. Viviam-se então um período de intensa cultura ultramarina, devido ao impulso das comemorações do centenário de Camões em 1880, e à cobiça inglesa que estava minando a influência de Portugal em África.

Um romance como *Os Maias*, uma personagem como Afonso da Maia, terão de ser encarados à luz deste contexto sócio-cultural, de que Eça de Queirós, sempre muito sensível e atento aos acontecimentos do seu tempo, se serviu como material de realização artística. Neste aspecto, é deveras elucidativa a carta que ele dirige ao seu amigo, o Conde de Ficalho, em 15 de Abril de 1886, dois anos antes da publicação do grande romance. Elogia-lhe a biografia de Garcia da Horta, que o consagra como "*homem de letras*", com assento garantido na "*História da Literatura Portuguesa*". Incita-o a explorar essa "veia" (– "a veia da glória!..."), que consistiria em "fazer outras monografias, de outros homens históricos, *mas verdadeiramente grandes*... como Damião de Góis, o Infante D. Henrique, *Afonso de Albuquerque*, etc...". Detém-se de seguida sobre esta figura histórica, dizendo: "Tome-se, por exemplo. Afonso de Albuquerque: um simples artista fazia dessa *figura soberba* "um mero *tipo humano*", um *puro herói de romance*, deixando no tinteiro todo o meio histórico em que ele se moveu e actuou; um simples historiador, à antiga, só trataria de *História*, deixando na sombra o *homem*. Mas você – que reúne qualidades de artista e de crítico-dir-nos-ia o *homem e o seu tempo*". E termina o seu apelo com o curto parágrafo: "Pense nisto. A nossa história é uma mina de *heróis*, que estão pedindo que os ressuscitem" (1925: 123-124). Sublinhámos os elementos "*verdadeiramente grandes*",

"Afonso de Albuquerque" (*bis*), e "*essa figura soberba*". para realçar a atenção que Eça de Queirós dedicava a essa figura histórica e assim tornar mais compreensível ou menos surpreendente, em *Os Maias*, o perfil de um Afonso da Maia. delineado à imagem e

semelhança do heróico vice-rei da Índia e mesmo a caricatura que dele fazia o romantismo personificado no poeta Alencar, a que nos vamos referir de seguida.

O segundo passo em que aparece o nome de Afonso de Albuquerque encontra-se no capítulo III do 2º vol. (1888). O poeta Alencar, desempenhando o papel do maçador horaciano, cobre-se de ridículo, diante de Ega e de Carlos, que fingem ouvi-lo com atenção. Ele fala convicta e animadamente sobre "coisas literárias (p.118), "murmurou a sua écloga" (p.121) sobre a paisagem de Sintra, que "ambos elogiaram profundamente", embora com o pensamento bem distante. E, enquanto os acompanhava pelo Aterro, rumo ao Ramalhete, diz o narrador:

(...) falou sempre, contando o plano de um romance histórico, em que ele queria pintar a grande figura de Afonso de Albuquerque, mas por um lado mais humano, mais íntimo – Afonso de Albuquerque namorado: Afonso de Albuquerque, só, de noite, na popa do seu galeão, diante de Ormuz incendiada, beijando uma flor seca, entre soluços. Alencar achava isto sublime (p. 120).

Este passo é de uma grande riqueza semiótica. Antes de mais, funciona como uma crítica cáustica contra o lirismo estéril e a retórica balofa do romantismo personificado por Alencar. Para o poeta, não interessava focar, no projectado romance histórico, o alto grau de exemplaridade dessa épica figura que foi Afonso de Albuquerque, mas sim o seu "lado mais íntimo". Além disso, a situação em que ele surge na fantasia de Alencar. "só, de noite, na popa do seu galeão, diante de Ormuz incendiada, beijando uma flor seca entre soluços" – é mais um indício premonitório, de entre muitos outros, a apontar para a iminente tragédia de Afonso da Maia, também ele só, ante o ruir das suas esperanças, as decepções e dissabores provocados pela situação amorosa de Carlos, enfim, a ruína da família e a esterilidade da vida. Mas estas duas funções – a função crítica e a função premonitório-indicial – não são susceptíveis de abafar uma terceira: a função onomástica. Grande paradigma moral de Afonso da Maia, Afonso de Albuquerque é também, pela homonímia, a motivação onomástica dele.

2. ALUSÕES HISTÓRICAS

Mas o motivo dos descobrimentos não tem na figura épica de Afonso de Albuquerque o seu único suporte referencial. Ele aparece não menos explicitamente expresso em frequentes alusões históricas relacionadas, respectivamente, com o imaginário das descobertas e do renascimento português por um lado, e com o império do Oriente por outro. Entre as personagens imbuídas de um tal imaginário, salienta-se Ega, que, para celebrar os anos de Raquel Cohen, sugerira a ideia de uma "soirée mascarada", de uma grande festa "com grandes proporções de gala artística, a ressurreição histórica de um sarau no tempo de D. Manuel" (1888: I, 262). E enquanto deglutia o seu *poulet aux champignons*, advogava, ao ritmo frenético dos tragos de um vinho de marca, uma palingénese lusíada, a ressurreição do "génio português", de "uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora" (*ibid.*, 223-224). Mas este regresso ao esplendor de Quinhentos, esta regeneração só seria possível "com uma medonha tarefa", a tal "catástrofe" que consistiria numa "invasão espanhola" (*ibid.*, 222).

Também a civilização de Portugal nas Índias e no Oriente é evocada nos seus requintes de esplendor e nas suas conotações de corrupção, decadência e erotismo. Logo no início do romance, aparece um tal "Esteves, arquitecto, político, e compadre de Vilaça", a dirigir as obras de restauro do Ramalhete. "Este artista entusiasmara o procurador com

um projecto de escada aparatosa, flanqueada por duas figuras simbolizando as conquistas da Guiné e da Índia" (1888:1, 5). Da Índia eram os jarrões que decoravam o "amplo corredor do Ramalhete" (ibid., 6), cuja antecâmara fora "revestida como uma tenda de estofos do Oriente" e ornada de "divãs cobertos de tapetes persas" (ibid., 6). Da Índia, enfim, eram as "esteiras finas" que forravam, na Toca, o quiosque japonês, onde Carlos e Maria se refugiavam "numa intimidade mais livre" (1888:II, 158-159).

Por detrás da *vis* sgnica destes pormenores orientais de requinte, perfila-se, em pano de fundo, a obra dos descobrimentos.

3. IMAGINAÇÃO MATERIAL DA ÁGUA

É conhecida a classificação bachelardiana da imaginação material com base na lei dos quatro elementos, que a cosmologia iónica, particularmente Empédocles, erigiu em constituintes fundamentais da matéria, ou seja, o fogo, o ar, a terra e a água (cf. Bachelard, 1978: 4 sqq.). Ora, se há em *Os Maias* personagem cujo imaginário apareça fortemente estruturado na imaginação material da água, essa é precisamente Afonso da Maia. O "grande mergulho na água fria" (1888: I, 10) que dava "todos os dias" "ao romper do sol", "de verão ou de inverno", antes de sair para a quinta, não era apenas uma questão de higiene, influenciada pela educação inglesa e tão bem estudada na obra recente de Georges Vigarello, *O Limpo e o Sujo* (1988). Era muito mais que isso: era uma questão de imaginário, no sentido bachelardiano do termo, como se pode ver pela etopeia do narrador:

Sempre tivera o amor supersticioso da água: e costumava dizer que nada havia melhor para o homem – que sabor de água, som de água, e vista de água. O que o prendera mais a Santa Olávia fora a sua grande riqueza de águas vivas, nascentes, repuxos, tranquilo espelhar de águas paradas, fresco murmúrio de águas regantes... E a esta viva tonificação da água atribula ele o ter vindo assim, desde o começo do século, ser uma dor e sem uma doença, mantendo a rica tradição de saúde da sua família, duro, resistente aos desgostos e anos – que passavam por ele tão em vão, como passavam em vão, pelos seus robes de Santa Olávia, anos e vendavais (1888: I,10).

Se Bachelard tivesse conhecido este texto, não teria deixado de gostar. Teria mesmo falado do "*psychisme hydrant*", "*un type d'intimité*" hidrotópica, tão característico da imaginação material de Afonso da Maia. A sua subtileza hermenêutica não teria escapado o valor simbólico e premonitório da água, cuja mobilidade sugere a transitoriedade da vida e pré-anuncia o destino de Afonso, apesar de "duro, resistente aos desgostos e anos". Perante a mobilidade real da água, a aparência imutável de robustez e segurança surge sombriamente contaminada por uma cruel conotação de ironia trágica. É que, diz Bachelard. "l'eau est aussi un *type de destin*", "un destin essentiel qui métamorphose sans cesse la substance de l'être". Com efeito, se, como diz Heraclito, ninguém se banha duas vezes num mesmo rio, não é apenas, como superficialmente se pensa, porque a água incessantemente se renova, "mais parce que, déjà, dans sa profondeur, l'être humain a le destin de l'eau qui coule. L'eau est vraiment un élément transitoire. (...). L'être voué à l'eau est un être en vertige. Il meurt à chaque minute, sans cesse quelque chose de sa substance s'écroule. (...): la mort quotidienne est la mort de l'eau. L'eau coule toujours, l'eau tombe toujours, elle finit toujours en sa mort horizontale" (1978: 8-9).

Como estamos a ver, uma leitura bachelardiana do texto, totalmente legitimada pela moderna teorização literária, revela que a imaginação material da água, tão característica de Afonso da Maia, não é, do ponto de vista de uma estética da produção, nem inocente, nem gratuita. Ela aparece relacionada com a aventura marítima dos Portugueses: ao

imaginário da água surge associado o imaginário dos descobrimentos, quer no espírito do leitor, quer no espírito do avô de Carlos. Esta interpretação é reforçada pela pintura impressionista de Lisboa ribeirinha, que tem o mar como pano de fundo. Com efeito, Afonso da Maia, ao habitar pela primeira vez a restaurada casa do Ramalhete, teve, logo de início, uma sensação de desconsolo, precisamente porque a alteração da paisagem urbana, com a construção de novos edifícios, o impedia de ver o mar, outrora visível a partir do terraço (1888: I, 9). Agora, "esse horizonte esplêndido" estava tapado pelas "casas edificadas em redor" (*ibid.*). E, se acabou por descobrir no novo ordenamento urbano um "encanto íntimo" foi graças a "uma estreita tira de água... que se avistava entre dois prédios de cinco andares. E é neste contexto que aparece a paisagem vista do Ramalhete, descrita pela óptica de Afonso da Maia e em termos impressionistas de "uma tela marinha":

*Era como um tela marinha, encaixilhada em cantarias brancas. suspensa do céu azul em face do terraço, mostrando, na variedade infinita de cor e luz, os episódios fugitivos de uma pacata vida do rio: às vezes uma vela de barco da Trafaria fugindo airosoamente à bolina; outras vezes uma galera toda em pano entrando num favor de aragem, vagaroso, no vermelho da tarde; ou então a melancolia de um grande paquete, descendo, fechado e preparado para a vaga, entrevisto um momento, desaparecendo logo, como já devorado pelo mar incerto; ou ainda durante dias, no pó de ouro das sextas silenciosas, o vulto negro de um couraçado inglês (*ibid.*).*

É curiosamente associado a esta descrição do Tejo, ponto de partida e referente indispensável da expansão marítima de Portugal ao longo da História, que aparece o retrato de Afonso da Maia, descrito em termos que sugerem no imaginário de Carlos, e como vimos acima, "um varão esforçado das idades heróicas, um D. Duarte de Meneses ou um Afonso de Albuquerque" (*id.*, 11). Não menos curioso é verificar que esta associação, esta evasão num tempo e num espaço tão lisonjeiros para um dos vectores mais representativos do imaginário português, apresenta surpreendentes coincidências – de cuja casualidade muito duvidamos –, com os processos translativos que se registam em "O Sentimento de um Ocidental" de Cesário Verde, publicado precisamente em 1880, para comemorar o centenário de Camões. Também aí o Tejo, com suas margens e a vida que o anima, se dilata no tempo e no espaço até às proporções épicas da História e do Oceano:

E evoco então as crónicas navais:
Mouros, baixéis. heróis, tudo ressuscitado?
Luta Camões no Sul, salvando um livro a nado?
Singram soberbas naus que eu não verei jamais.

(1983: 90)

Cesário Verde, que, pelo poder evocativo da sua imaginação e *rêverie*, "se embrenha, a cismar, por boqueirões, por becos" (1983: 90), e "se aventura e alarga pela História" (1983: 92), para ver nos bebés que as varinas "embalam nas canastras/Os filhos que depois naufragam nas tormentas" (1983: 90)-, volta a lembrar Camões, através da sua estátua, em que "Brônzeo, monumental, de proporções guerreiras, Um épico de outrora ascende, num pilar!" (1983: 92). Também Eça de Queirós, em Os Maias, estabelece esta associação metonímica da Lisboa ribeirinha com o imaginário épico da História de Portugal, a que está placentariamente ligada a personalidade trágica de Afonso da Maia. Um dos seus elementos estruturantes – digamo-lo por fim, a título de recapitulação – é o motivo dos descobrimentos, que comparece em três áreas distintas: a motivação onomástica, as alusões

históricas e a imaginação material da água. Esta última é todavia inseparável das duas anteriores.

Portugal atirou-se ao mar, e a água saltou-lhe para a literatura. A Literatura Portuguesa é uma literatura molhada. Sem o mar, não sabemos o que ela seria. Podia ser melhor, podia ser pior. De uma coisa estamos certos: não podia ser o que é, teria de ser diferente. Tal como Afonso da Maia, tal como *Os Maias*.

BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, G. – *L'eau et les Rêves, Essai sur l'Imagination de la Matière*, Paris, Librairie José Corti, 1978.

BARTHES, R. – "Proust et les Noms", in *Le Degré Zéro de l'Écriture, Suivi de Nouveaux Essais Critiques*, Paris, Seuil, "Points", 1972, pp. 121-134.

GAB. EST. HERÁLD. – "Maia, Geneal.", in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971.

GENETTE, G. – *Mimologiques*, Paris, Seuil, "Poétique", 1976, pp. 315-381.

HOEK, Leo H. – *La Marque du Titre, Dispositifs Sémiotiques d'une Pratique Textuelle*, La Haye-Paris-New York, 1981, pp. 206-240.

LEPECKE, Maria Lúcia – *Eça na Ambiguidade*, Fundão, Jornal do Fundão Editora, 1974.

LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

NOËL, Jean-Bellermin – *Essais de Textanalyses*, Presses Universitaires de Lille, 1988, pp. 195-222.

PÉRES, Damião – *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1932.

QUEIRÓS, Eça de – *Os Maias, Episódios da Vida Romântica*, Vols. I-II, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, Lugan & Genelioux, Sucessores, 1888.

QUEIRÓS, Eça de – "Correspondência de Fradique Mendes", in *Revista de Portugal*, vol. I, 1889.

QUEIRÓS, Eça de – *Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, Porto, Livraria Chardron, 1900 (a).

QUEIRÓS, Eça de – *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto, Livraria Chardron, 1900 (b).

QUEIRÓS, Eça de – *Correspondência*, Porto, Livraria Chardron, de Lello – Irmão, Lda., 1925.

RIGOLOT, François – *Poétique et Onomastique, L'Exemple de la Renaissance*, Genève, Librairie Droz, 1977.

RIGOLOT, François – "Intentionnalité du Texte et Théorie de la Persona: Le Cas des Épîtres de *L'Amant Vert*", in *Poétiques*, Michigan Romance Studies, 1980, pp. 186-207.

SERRÃO, Joel – *Obra Completa de Cesário Verde*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

VIGARELLO, Georges – *Le Propre et le Sale*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.

VIGARELLO, Georges – *O Limpo e o Sujo*, ed. Ut., Lisboa, Editorial Fragmentos Lda., 1988.

Texto publicado no volume colectivo *Eça e Os Maias*, Porto, Edições Asa, 1990, pp. 15-22.